

CUT**FUP**

JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXII | Nº 1371 | de 16 a 29/05/2016

O ÚLTIMO A SAIR APAGUE A LUZ

Nomeação de Pedro Parente, o ministro do apagão de FHC, para a presidência da Petrobras revela um futuro sombrio para a empresa.

A indicação de Pedro Parente para a presidência da Petrobras não causa surpresa no atual cenário político brasileiro, é só algo mais a Temer. O novo chefe da estatal brasileira de petróleo foi ministro no governo de Fernando Henrique Cardoso e chancelou diversos processos de privatização. Tem ainda em seu currículo acusações de irregularidade e improbidade na administração pública.

Se por um lado o perfil ultraliberal de Parente o descredencia para assumir o comando de uma empresa estatal que tem sido âncora do desenvolvimento econômico e social do país, por outro combina muito com o quadro do governo interino do golpista Michel Temer. Na composição ministerial, dos 23 nomes, sete deles (ou 32%) são investigados pela Justiça ou em tribunais de conta. Na articulação no Congresso Nacional, quem está na liderança do governo e negocia com os partidos em nome do presidente é André Moura (PSC-SE). Ele aparece em oito investigações no Supremo Tribunal Federal, responde por desvio de dinheiro, tentativa de homicídio e também é alvo da operação Lava Jato.

A trajetória de Pedro Parente não deixa dúvidas sobre que lado ocupa na luta de classes. Ele participou ativamente dos dois mandados do governo FHC, onde atuou como Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, entre 1995 e 1999, e como Chefe da Casa Civil, entre 1999 e dezembro de 2002. No final de 2000, passou a acumular a presidência da Câmara de Gestão da Crise Energética, o chamado “ministério do apagão”, responsável por uma série de arbitrariedades, como racionamento e cortes de energia e multas altíssimas impostas aos consumidores.

Um dos maiores escândalos protagonizados por Pedro Parente no governo tucano foram os contratos para compra

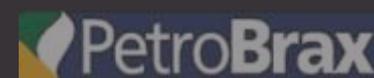
de energia emergencial e as “compensações” feitas às concessionárias privadas e aos investidores atraídos pelo Programa Prioritário de Termoeletricidade, que impôs prejuízos bilionários à Petrobras. Professores do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP chegaram na época a denunciá-lo ao Ministério Público Federal por improbidade administrativa.

Sob a chancela de Pedro Parente, a Petrobras teve que assinar contratos de parceria com o setor privado para construção de usinas termoeletricas, entre 2000 e 2003, onde se comprometeu a garantir a remuneração dos investidores, mesmo que as empresas não dessem lucro, bem como cobrir os custos dos empreendimentos, caso a venda de energia não fosse suficiente para sustentar os investimentos.

A chamada “contribuição de contingência” gerou prejuízos de mais de US\$ 1 bilhão à Petrobras, que se viu obrigada a assumir integralmente as termoeletricas para evitar perdas maiores. O valor das usinas, avaliadas em US\$ 800 milhões, equivalia a um terço dos US\$ 2,1 bilhões que a estatal teria que desembolsar para honrar as compensações garantidas aos investidores até o final dos contratos, em 2008. Tudo autorizado por Pedro Parente.

A indicação de Pedro Parente para a presidência da Petrobras foi fortemente rechaçada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina. Não é com gestores deste perfil que a Petrobras vencerá a crise que atravessa. A expectativa de sua gestão é a pior possível. Parente deve acelerar o Plano de Negócios e Gestão (PNG) e privatizar tudo o que puder a toque de caixa.

Diante desse cenário, a categoria petroleira tem duas opções: ou luta contra o desmonte da Petrobras ou o último que sair apague a luz.



Novo presidente da Petrobras, Pedro Parente tem perfil adequado ao quadro do governo interino



WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR

NOTA OFICIAL

Seguiremos em luta!



As tímidas comemorações de poucos, que anteriormente eram milhões nas ruas aos domingos, na manhã do triste, porém histórico, 12 de maio de 2016 refletem o receio até mesmo de parte dos apoiadores do golpe diante das incertezas sobre o futuro do país.

Na votação no plenário do Senado de ontem, foi aprovado por 55 a 22 a admissibilidade do processo de impeachment e o afastamento da presidenta Dilma Rousseff do cargo por um período de até 180 dias para que o processo seja concluído. Mera formalidade burocrática. Chega ao fim a trama do golpe cometido contra a jovem democracia brasileira, reconquistada pelo povo brasileiro ao derrotar nos anos oitenta uma ditadura militar que perdurou por 21 anos.

Todo o processo do impeachment se deu a partir de uma ampla aliança que derrotou a democracia e o Estado de Direito. Rasgaram a Constituição, destruíram as instituições, despiram a arbitrariedade judiciária e escancararam o reacionarismo da grande mídia e da elite brasileira.

No desfecho dramático, Dilma foi julgada e condenada por uma ampla maioria corrupta. Dentre os 513 deputados da Câmara, 303 são investigados por algum crime. No Senado, 49 dos 81 senadores estão envolvidos em investigações de crimes graves.

Assume a Presidência da República o vice Michel Temer, do PMDB, que em nada se difere do perfil político do Congresso Nacional. Foi acusado por delatores de envolvimento em um esquema ilegal de compra de etanol e acaba de ser considerado culpado, e multado, por irregularidades nos gastos de campanha. Sua posição junto à opinião pública não é nada animadora. Apenas 2% dos brasileiros o apoiariam como presidente e quase 60% querem seu impeachment.

Em 30 anos, é a terceira vez que o PMDB assume o comando do país sem nunca ter sido eleito de forma direta. O plano de governo, sintetizado no documento "Uma Ponte para o Futuro", é a repetição do liberalismo econômico praticado na década de 90, cujos resultados foram catastróficos. O Brasil era o segundo país com o maior índice de desemprego no mundo, contraiu dívidas bilionárias junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e centenas de empresas estatais foram privatizadas.

O desrespeito à democracia, no qual o voto de 54 milhões de brasileiros foi ignorado, nada mais é que um golpe de Estado. Jamais reconheceremos o governo de Michel Temer e do PMDB como legítimo. Resistiremos a toda e qualquer iniciativa de privatização da Petrobrás, de retirada de direitos dos trabalhadores e de criminalização dos movimentos sociais. Da luta por um país soberano e mais justo para todos nunca nos retiraremos!

CAMPANHA REIVINDICATÓRIA 2016

Eleitos os participantes do 3º Congresso Regional Unificado dos Petroleiros e Petroquímicos

Foi dada a largada para a Campanha Reivindicatória 2016. O Sindipetro realizou cinco sessões de assembleia, entre os dias 17 e 20 de maio, que elegeram os(as) delegados(as) que participarão do 3º Congresso Regional Unificado dos Petroleiros e Petroquímicos do Paraná e Santa Catarina (12º Congresso Regional do Sindipetro PR e SC e 3º Congresso do Sindiquímica-PR).

O evento acontece nos dias 03 e 04 de junho, na Sede do Sindicato, em Curitiba. O tema neste ano será "Resistência Contra o Retrocesso". Estará em discussão a conjuntura política, sindicalismo, setor petróleo, gestão da Petrobrás e o balanço das lutas de 2015 e 2016. A partir dos debates, será construída coletivamente entre os(as) participantes a Pauta de Reivindicações para o Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2015/2017.

Mesmo quem pôde participar das assembleias pode contribuir enviando suas sugestões de pautas de reivindicações para o e-mail pauta.congresso@gmail.com. Lembrando que neste ano serão discutidas apenas as cláusulas econômicas do ACT, pois as cláusulas sociais têm validade de dois anos. As reivindicações devem ser enviadas até o dia 29 de maio.

A pauta retirada no 3º Congresso Regional será encaminhada para a VI Plenária Nacional da FUP, marcada para o período de 06 a 10 de julho, na cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro.



Envie suas sugestões de pautas de reivindicações:
pauta.congresso@gmail.com

REPAR

Inspeção do GTB detecta a presença de benzeno na DH

A cadeia aromática do benzeno lembra os traços de uma flor. Porém, essa é uma flor que não se cheira, mesmo que a fragrância seja adocicada, sob pena de graves danos à saúde e até mesmo a morte. O benzeno é um agente altamente cancerígeno e não há níveis seguros para a exposição.

Todo operador de refinaria sabe muito bem disso. Gestores também sabem, mas parecem ignorar tal fato. Afinal de contas, não são eles que se contaminam. O pior é que em todo o Sistema Petrobrás o benzeno não costuma aparecer nos ASOs (Atestados de Saúde Ocupacionais), tampouco nos PPPs (Perfil Profissiográfico Previdenciário), o que asseguraria o direito à aposentadoria especial.

A história não é novidade pra ninguém. O Sindicato por inúmeras vezes denunciou este tipo de situação. A novidade agora é que no setor de Destilação e Hidrotreatamento (DH) da Repar foi constatada presença de benzeno no processo de avaliação da qualidade da salmoura, na verificação da interface das dessalgadoras e na amostragem de petróleo. Trata-se de um procedimento de rotina que é feito em todos os turnos, todo dia.

Essa situação crônica foi identificada durante a inspeção planejada do Grupo de Trabalho do Benzeno (GTB), vinculado à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

A orientação da empresa foi efetuar a verificação das dessalgadoras da DH somente em caso de distúrbio operacional ou troca do tanque de carga da U-2100. Para isso, recomenda e fornece o uso de PA (Proteção Autônoma de Ar Respirável).

O Sindicato questiona a determinação da Repar, pois ao invés de buscar a solução definitiva para a exposição ao benzeno, trata o caso com uma medida paliativa. A orientação do uso de EPI para evitar a contaminação nada mais é que um atestado de incompetência para resolver o problema e de irresponsabilidade. Algo que também não é novidade na Petrobrás.

Fica ainda uma pergunta: e aqueles que se expuseram diariamente até a intervenção do GTB?

Curitiba, 12 de maio de 2016

Direção Colegiada
 Sindipetro Paraná e Santa Catarina

► **SIX**

Otimismo marca a reunião do GT do Xisto

O Grupo de Trabalho entre o Sindipetro PR e SC e a Petrobrás, com mediação do Ministério de Minas e Energia (MME), para tratar da sustentabilidade da Usina do Xisto (SIX) voltou a se reunir no início desta semana, dias 17 e 18 de maio, mas desta vez em São Mateus do Sul-PR, cidade sede da unidade industrial.

A novidade foi a participação de trabalhadores da SIX, especialistas no processo de mineração e processamento do xisto pirobetuminoso, que agregaram conteúdo às discussões com importantes informações sobre a cadeia do xisto e subprodutos. Outro ponto positivo foi o fato de os representantes da Petrobrás e do MME conhecerem as instalações da SIX.

A agenda de atividades do primeiro dia do GT foi integralmente destinada à visita às dependências da Usina, desde as unidades industriais de processamento e refino do xisto até as áreas de mineração.

Já no segundo dia, o foco foi no debate sobre as possibilidades de potencializar as operações da SIX, não apenas na continuidade da produção, mas principalmente na viabilização comercial e sustentabilidade da Usina através de alternativas propostas pelo Sindipetro. A reunião tratou dos três tópicos a seguir.

1. Custo Evitado do Sistema – Processamento de Lastro

O lastro é um resíduo de tanques de refinarias e da Transpetro cuja destinação ambiental é de custo elevado. A Petrobrás paga para empresas cimenteiras incinerarem o lastro. A SIX processa o lastro e recupera aproximadamente 60% do óleo contido na borra. Os testes com os resíduos da Repar, Regap, Refap e Tepar foram aprovados e a SIX processa atualmente cerca de 7 mil toneladas/mês de lastro. A boa notícia é que a Usina já tem liberação por parte do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) para processar até 10 mil e 800 toneladas por mês.

O Sindipetro entende que com pouco investimento em adequações do processo PETROSIX a capacidade de processamento de lastro pode ser ainda maior.

2. Xisto Agrícola

Os estudos realizados pelo IAP e Embrapa com os fertilizantes gerados a partir do xisto, em solos desde o Rio Grande do Sul até Goiás, tiveram resultados animadores que demonstraram eficiência agrônômica elevada, com aumento dos nutrientes em diversas aplicações. Os produtos desenvolvidos no Centro Avançado de Pesquisa da SIX são a água de xisto, um fertilizante foliar, e as matrizes de fertilizantes sólidos: calxisto, finos de xisto e xisto retortado. A combinação desses subprodutos apresenta resultados ainda melhores quando analisados o tipo de solo e do produto a ser cultivado.



GT do Xisto em visita técnica à mina



Usina tem grande potencial para ampliar a cadeia de produção

Atualmente o Brasil consome 21 milhões de toneladas de fertilizantes por ano e 70% desse volume vem de importação, ou seja, o país produz apenas 9 milhões de toneladas. Apenas a SIX é capaz de produzir 3 milhões de toneladas/ano, o que reduziria em 10% as importações de fertilizantes.

A comercialização dos fertilizantes de xisto depende apenas de algumas liberações ambientais, não apenas do IAP, mas dos institutos ambientais de outros estados. Por isso, a reunião do GT apontou como prioridade o empenho de cada ator (MME, Sindicato e Comunidade – Prefeitura de São Mateus do Sul, Associação dos Municípios da Região Sul do Paraná, entre outros) no sentido de acelerar a liberação das licenças.

3. Redução de custos na mineração e produção

O debate sobre a redução de custos na mineração e na produção de óleo e derivados na SIX passa por um imbróglgio quanto à tributação. Atualmente as atividades da Usina estão enquadradas como produção de petróleo e sujeitas às regras da ANP (Agência Nacional do Petróleo), o que implica no pagamento de royalties. Tecnicamente o xisto não é petróleo, mas um minério com querogênio sólido. Somente com o processamento térmico se extrai o óleo da rocha. Portanto, é consenso entre os participantes do GT a busca pelo reenquadramento do tipo de atividade da SIX perante à legislação tributária. Para isso, foi firmado o compromisso de discutir com os órgãos competentes e insistir na tese técnica.

Próxima reunião

O GT da SIX deve voltar a se reunir no dia 24 de maio, mas desta vez por videoconferência. Os assuntos em pauta serão as outras alternativas

propostas pelo Sindicato, tais como: a UTEX (Usina Termelétrica do Xisto) e cimenteira, processamento de glicerina, potencialização da nafta de xisto, agentes rejuvenescedores de asfalto, impermeabilizante hidráulico, enxofre ventilado, entre outros. A otimização do Parque Tecnológico de Pesquisa e Desenvolvimento da SIX também estará em debate.

Avaliação

Na avaliação do presidente do Sindipetro PR e SC, Mário Dal Zot, que representa a entidade no GT, a reunião foi bastante positiva no sentido de ampliar o debate técnico sobre a sustentabilidade do xisto. “Estamos otimistas porque os argumentos para aumentar a cadeia de produção do xisto, agregando

valor aos subprodutos, estão cada vez mais fortalecidos e convincentes. Não queremos apenas a continuidade das operações, mas desenvolver cada vez mais os potenciais, viabilizando economicamente a SIX”, comemorou.

► TRANSPETRO

Gestão do Tepar abusa das subnotificações de acidentes

Quatro ocorrências foram tratadas com a usual política do abafa

A mundialmente conhecida Teoria da Pirâmide, de Frank Bird Jr., mostra que antes do acontecimento de um acidente ocorrem vários outros incidentes ou acidentes de menor potencial. Ainda segundo Bird, após uma investigação constata-se que um acidente é precedido de vários outros desvios.

No Terminal Aquaviário da Transpetro em Paranaguá (Tepar) a tese novamente se mostra verdadeira. O fato que comprova aconteceu no dia 13 de abril, quando ocorreu um transbordamento de um dos tanques da barcaça que estava sendo carregada com combustível marítimo. Marinheiros e técnicos de operação do Tepar agiram rapidamente em conjunto para interromper a operação e conter o óleo no convés da embarcação, evitando um acidente ambiental.

O episódio estava anunciado. Desde a primeira operação após o retorno de docagem (manutenção) daquela embarcação, os técnicos de operação alertaram por diversas vezes que o sistema de alarmes de nível alto não funcionava corretamente e que a embarcação trabalhava com os domos abertos, contrariando os procedimentos da própria Petrobrás. Soma-se aos dois problemas relatados o efetivo reduzido na operação. Assim os elementos para um acidente estão estabelecidos, apesar de por diversas vezes alertados.

É perceptível que os trabalhadores do Terminal estão a cada dia mais receosos em exercer suas atividades, não pelo risco inerente do trabalho na área de inflamáveis, mas fundamentalmente pelo tratamento como a atual gerência



geral da unidade conduz as instalações. Como relatado no começo do texto, uma catástrofe é precedida por vários pequenos acidentes ou incidentes e o método que é utilizado no Tepar é abafar os casos.

Neste primeiro semestre já houve um substancial vazamento de óleo após o rompimento de uma linha de lastro em diversos pontos. Também foram registrados um transbordamento de sump tak inativo e um princípio de incêndio nos andaimes de um tanque em manutenção. Todas as ocorrências sequer foram notificadas ao Sindicato, descumprindo normas de segurança e o Acordo Coletivo de Trabalho.

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina alerta sobre os riscos que a gerência assume ao omitir os incidentes e acidentes que vem ocorrendo no Tepar. É preciso entender que são sinais de que algo mais grave está prestes a acontecer. Talvez não apenas com danos materiais, mas vidas também estão em jogo. Ocorrências que venham a atingir trabalhadores serão tratadas na esfera criminal. Basta de subnotificações.

Ação da FUP obriga Pedro Barusco e Paulo Roberto a reparar danos causados à honra dos petroleiros

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, e o ex-gerente de Serviços, Pedro Barusco, terão que ressarcir os petroleiros pelos danos causados à categoria, em função dos crimes que cometeram e cujas "delações premiadas" foram espetacularizadas pela mídia, levando a opinião pública a associar a estatal e os seus trabalhadores à corrupção.

No último dia 13, a juíza da 11ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Lindalva Soares Silva, condenou os ex-gestores a desembolsarem R\$ 400.000,00, cada um, em favor da Petros, conforme solicita a FUP na Ação de Danos Morais Coletivos que move contra Barusco e Paulo Roberto, desde março do ano passado.

Na sentença proferida, a juíza ressalta que "os fatos sofridos pelos funcionários da Petrobras, como grupo, transcenderam a esfera de meros aborrecimentos, configurando incontestemente dano moral coletivo. Isso porque a conduta dos réus promovendo atos improprios em detrimento dos demais colegas de casa, por si so transcende o mero aborreci-

mento, ensejando constrangimentos, repulsa, angustia e aflição passíveis de reparação de acordo com o artigo 186 e 187 do Código Civil".

Desde o início da Operação Lava Jato, em março de 2014, os petroleiros sofrem com insinuações, piadas e outros tipos de constrangimento, ao serem constantemente associados aos crimes cometidos por Paulo Roberto e Barusco. Além dos bilhões de reais que eles desviaram da Petrobrás, projetos estratégicos para o país foram paralisados, empregos perdidos, famílias desprotegidas e os petroleiros desmoralizados.

A reparação desses danos levará anos e a Ação da FUP é um importante passo nesse sentido. A condenação de Barusco e Paulo Roberto é o recado da categoria petroleira de que jamais se silenciará diante de qualquer ataque dos gestores à Petrobrás, seja no âmbito da corrupção ou das tentativas de desmonte da empresa. A ação da FUP pode ser consultada no site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, através do número 0093762-43.2015.8.19.0001.

